

EDITORIAL

Gilberto Marques

MOVIMENTOS SOCIAIS, UNIVERSIDADE E DIREITOS SOCIAIS **SOCIAL MOVEMENTS, UNIVERSITY AND SOCIAL RIGHTS**

Em 2023 completarão 60 anos do golpe de Estado que derrubou João Goulart e iniciou a ditadura no Brasil. O que isso tem a ver com a Universidade Pública brasileira na atualidade? O que torna uma Universidade Pública uma instituição verdadeiramente pública? Quais temas e objetivos ela deve abordar e buscar cumprir? Acreditamos que a resposta principal é que ela deve, antes de tudo, cumprir sua função social e ajudar o povo a conhecer sua história.

A Escola de Cirurgia da Bahia foi a primeira faculdade criada no Brasil em 1808, ano de chegada da família real portuguesa, que fugia do exército napoleônico (MARQUES e MARQUES, 2021). A primeira Universidade criada no Brasil foi a Universidade do Rio de Janeiro, atual UFRJ, constituída tão somente em 1920 (UFRJ, 2021). A título de comparação, a Universidade de Bolonha é considerada a mais antiga do planeta e começou a ser formada em 1088.

Interessante notar que durante o período da borracha na Amazônia foi criada a Escola Universitária Livre de Manáos, em 1909 (antes daquela que se tornou UFRJ), passando a se chamar Universidade de Manaus em 1913. Mas ela foi desativada em 1926 (UFAM, 2021).

A partir da junção de sete faculdades até então isoladas, a Universidade Federal do Pará foi criada em 1957 com o nome de Universidade do Pará. Com o golpe de 1964, muitos estudantes e professores da UFPA sofreram retaliações e perseguições. Em 1968, o governo empresarial-militar instituiu a Reforma Universitária, adotando, entre

outros, o sistema departamental, ciclo básico, sistema de créditos e matrículas por disciplinas – onde se objetivava diminuir a coesão entre os alunos. No ano seguinte, o estudante de engenharia elétrica César Moraes Leite foi morto por um agente da polícia federal dentro de uma sala de aula do campus do Guamá (FONTES, 2007).

A Comissão Nacional da Verdade concluiu que durante a ditadura empresarial-militar 434 pessoas foram mortas e desaparecidas pelos órgãos de repressão oficiais e oficiosos. Acontece que os números são muito maiores porque não foram contabilizadas as milhares de mortes de indígenas, por exemplo. Afora isso, a tortura, em toda a sua perversidade, atingiu outras milhares de pessoas.

A comunidade universitária da UFPA foi parte do movimento por democratização do país que ocorria no final dos anos 1970 e primeira metade da década seguinte. A ele, no âmbito local, foi incorporada a defesa da eleição direta para reitor e demais cargos da Universidade. Nesse período, mobilizações, greves, fundação de entidades representativas das categorias universitárias e ações diversas foram fundamentais para impedir a cobrança de mensalidades/anuidades, obter mais verbas e expansão de vagas, carreira docente, democratização interna e o direito à meia passagem estudantil (MARQUES et al., 2021).

Os diversos governos que se seguiram à ditadura, em maior ou menor grau, elaboraram políticas prejudiciais à Universidade. Foi o caso do projeto GERES no governo Sarney, forçando a Universidade Pública a se autofinanciar (e possivelmente cobrar mensalidades) e nova tentativa de cobrança de mensalidades no governo Collor de Melo (PEC 56B), entre outros.

Em meio a esse cenário de desafios, a UFPA se consolidou como uma importante instituição científica brasileira e, a partir das lutas sociais presentes em seu corpo, conseguiu alargar os espaços para os setores populares. Em 2022, havia 10.606 discentes de pós-graduação e 39.728 graduandos distribuídos 584 cursos de graduação em dezenas de municípios onde a instituição se faz presente. Aproximadamente 85% dos graduandos fazem parte de famílias de renda baixa ou mesmo que enfrentam vulnerabilidade social (UFPA, 2023).

Então, um de nossos desafios é não apenas ampliar os espaços para esses setores como efetivamente desenvolver políticas que façam com que eles tenham condições de concluir seus cursos. Mas isso deve ocorrer em meio ao desafio maior de ampliar os espaços democráticos e construir um projeto de transformação

da sociedade brasileira, superando nossas históricas desigualdades sociais.

A Universidade não é homogênea, ao contrário. Os interesses das classes dominantes se fazem presentes e se sobrepõem. Mas os movimentos sociais e as categorias que compõem a comunidade universitária, ainda que com diferenças, atuam numa perspectiva oposta: aquela que busca saber científico, autonomia acadêmica, democratização e transformação social.

É isso que incomoda os setores dominantes, em particular aqueles que reivindicam a ditadura empresarial-militar. Isso ficou evidente nos quatro anos de governo Bolsonaro.

O artigo 3º do Estatuto da UFPA (2006) afirma que entre suas finalidades consta

I. Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo, de forma a gerar, sistematizar, aplicar e difundir o conhecimento em suas várias formas de expressão e campos de investigação científica, cultural e tecnológica; [...] III. Cooperar para o desenvolvimento regional, nacional e internacional, firmando-se como suporte técnico e científico de excelência no atendimento de serviços de interesse comunitário frente às mais variadas demandas sócio-político-culturais para uma Amazônia economicamente viável, ambientalmente segura e socialmente justa. (UFPA, 2006, p. 1)

Ademais, a UFPA se colocou a missão de “Produzir, socializar e transformar o conhecimento na Amazônia para a formação de cidadãos capazes de promover a construção de uma sociedade sustentável.” O Plano de Desenvolvimento Institucional 2011-2015 estabeleceu que a UFPA se propunha a garantir vivências concretas que articulassem a teoria à prática, integrando pesquisa e extensão ao ensino, colocando o discente em contato com o mundo “e os conflitos/demandas próprios ou correlatos à sua área de formação” (UFPA, 2011, p. 112). Para o decênio 2016-2025, a UFPA se desfiou: formação para de profissionais trabalho interdisciplinar, interação criativa e com responsabilidade para a solução dos problemas sociais, pesquisa e extensão atuando integradamente, integração com setores não acadêmicos e inovação como objetivo presente (UFPA, 2016).

Então, quais os temas e objetivos a UFPA deve buscar? Exatamente esses que caminham no sentido de ela cumprir sua função social, com qualidade científico-acadêmica. Cabem muitos temas e debates, entre os quais a elucidação do que foi o período fascista iniciado no Brasil em 1964. Conhecer, publicizar e problematizar nossa história é uma pré-condição para que a ditadura não se repita.

Este número da revista Conexões expressa essa diversidade de problematizações no campo das ciências sociais. Os artigos aqui presentes debatem os desafios da produção musical independente em meio às tecnologias digitais; a educação ambiental e o turismo em escolas públicas; criticam à sociedade do consumo e os “novos” modelos de desenvolvimento - um estudo de caso da Bolívia. Boa leitura.

REFERÊNCIAS

FONTES, Edilza. **Os anos oitenta e a redemocratização da UFPA (1977-1988)**. In: FONTES, Edilza. UFPA 50 anos: histórias e memórias. Belém: Edufpa, 2007.

MARQUES, Gilberto et al. **UFPA pública e gratuita**. Belém: Paka-Tatu, 2021.

MARQUES, Indira; MARQUES, Gilberto. Grande como o rio-mar: o desafio de uma seção sindical na Amazônia. **Universidade e Sociedade**, ano XXXI – n. 68 - julho de 2021. Brasília: ANDES-SN.

PINTO, Walter. Beira do Rio. **Jornal da Universidade Federal do Pará**. Ano XXX, nº 130, Abr-mai 2016. Belém: UFPA, 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. **História**. www.ufam.edu.br. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Estatuto da Universidade Federal do Pará. Belém: UFPA, 2006. **Diário Oficial da União**. Brasília, 12/07/2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Minuta Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal do Pará 2016-2025**. Belém: UFPA, 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal do Pará 2011-2015**. Belém: UFPA, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **UFPA em números 2023**. www.ufpa.br. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **História**. www.ufrj.br. 2021.